



ESCOLA DE
HUMANIDADES

VERITAS (PORTO ALEGRE)

Revista de Filosofia da PUCRS

Veritas, Porto Alegre, v. 70, n. 1, p. 1-16, jan.-dez. 2025

e-ISSN: 1984-6746 | ISSN-L: 0042-3955

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2025.1.46598>

SEÇÃO: TRADUÇÃO

Risco epistêmico[♦]

Epistemic Risk

Riesgo epistémico

Eduardo Alves¹

orcid.org/0000-0002-9075-7554

eduardoalves.eas@gmail.com

João Fett²

orcid.org/0000-0001-5585-6293

joao.fett@pucrs.br

Vinicius Felipe Posselt¹

orcid.org/0000-0002-2493-2094

vinicius.posselt@edu.pucrs.br

Recebido em: 23 jul. 2024.

Aprovado em: 10 dez. 2024.

Publicado em: 07 mar. 2025.

Resumo: Este texto é uma tradução do artigo "Epistemic Risk" (2016) de Duncan Pritchard, em que ele argumenta em favor de uma teoria modal do risco e lança as bases de uma epistemologia antirrisco. O objetivo de Pritchard nesse artigo é duplo: primeiro, ele argumenta que a sua teoria modal do risco é uma extensão natural da sua teoria modal da sorte, desenvolvida em trabalhos anteriores; segundo, ao utilizar sua teoria modal do risco para chegar a uma epistemologia antirrisco, Pritchard argumenta que essa estratégia possui vantagens para responder às preocupações levantadas à sua original teoria antissorte. A saber, uma lacuna de sua epistemologia antissorte pode ser facilmente preenchida por sua epistemologia antirrisco, e há mais motivações para adotar esta última do que a primeira.

Palavras-chave: N/A.

Abstract: The following is a translation of Duncan Pritchard's article Epistemic Risk (2016), in which he argues in favor of a modal account of risk and lays the foundations for an anti-risk epistemology. Pritchard's goal in this article is two-fold: First, he argues that his modal account of risk is a natural extension of his modal account of luck, developed in previous writings. Second, by using his modal account of risk to achieve an anti-risk epistemology, Pritchard argues that this strategy has advantages for answering some of the worries raised by his original anti-luck account. Namely, a gap in his anti-risk epistemology can be easily bridged by his anti-risk epistemology, and there are stronger motivations to adopt the latter than the former.

Keywords: N/A.

Resumen: Este texto es una traducción del artículo de Duncan Pritchard titulado Epistemic Risk (2016), en el que argumenta a favor de una teoría modal del riesgo y sienta las bases de una epistemología anti-riesgo. El objetivo de Pritchard en este artículo es doble: en primer lugar, argumenta que su teoría modal del riesgo es una extensión natural de su teoría modal de la suerte, desarrollada en trabajos anteriores. En segundo lugar, al utilizar su teoría modal del riesgo para acceder a una epistemología anti-riesgo, Pritchard argumenta que esta estrategia tiene ventajas para responder a las preocupaciones suscitadas por su teoría anti-suerte original. A saber, una laguna en su epistemología anti-suerte puede llenarse fácilmente con su epistemología anti-riesgo, y hay más motivaciones para adoptar la segunda que la primera.

Palabras clave: N/A.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

[♦] PRITCHARD, Duncan. Epistemic Risk. *Journal of Philosophy*, v. 113, n. 11, p. 550-571, 2016. A tradução do artigo foi realizada com a autorização explícita do autor, mediante carta formal.

^{*} [Nota de agradecimento do autor]: Sou grato aos revisores anônimos do *Journal of Philosophy* pelos comentários a uma versão anterior deste artigo. Agradecimento especial a Jesús Navarro pelas longas conversas sobre este artigo, e obrigado também a Modesto Gómez-Alonso, Zenon Bankowski, Laura Candiott, J. Adam Carter, Alkis Kotsonis, Lex Lai, Tony Lau, Lukas Schwengerer, Kegan Shaw, Jacques Vollet e Di Yang. Parte deste material foi apresentada em conferências na Universidade de Leeds e na Universidade de Edimburgo em 2015 e em um grupo de leitura de pós-graduação na Universidade de Edimburgo em 2016 e sou grato às audiências pelos seus comentários.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

O objetivo deste artigo é marcar a transição de uma *epistemologia antissorte* para uma *epistemologia antirrisco* e explicar, nesse processo, como esta possui vantagens sobre aquela. Iniciaremos com uma teoria de epistemologia antissorte e a *teoria modal da sorte* que a apoia. Então consideraremos as inter-relações próximas entre sorte e risco, e, neste processo, estabeleceremos a *teoria modal do risco* como uma extensão natural da teoria modal da sorte. Por fim, aplicaremos a teoria modal do risco à epistemologia para desenvolver uma epistemologia antirrisco e então exploraremos os méritos dessa proposta. Em particular, é mostrado que (i) essa teoria pode evitar uma lacuna teórica na epistemologia antissorte e que (ii) há uma motivação teórica mais forte para a epistemologia antirrisco comparativamente à epistemologia antissorte, especialmente quando se trata de explicar por que *sorte epistêmica ambiental* é incompatível com conhecimento.

I Epistemologia antissorte e a teoria modal da sorte em resumo

É uma platitude amplamente sustentada na epistemologia que conhecimento é, em um sentido fundamental, incompatível com sorte. Em particular, conhecimento parece incompatível com a possibilidade de que a crença verdadeira de alguém seja unicamente verdadeira por uma questão de sorte, o que é comumente conhecido como *sorte epistêmica verítica*. Chame esta intuição geral sobre a relação entre conhecimento e sorte de *platitude antissorte*. Até bem recentemente, essa platitude foi amplamente aceita sem questionamento, como algo que não requer maior elucidação. Em contraste, o pensamento norteador por trás da *epistemologia antissorte* é precisamente o de que *não* se deve aceitar a platitude antissorte acriticamente, mas, em vez disso, cuidadosamente examiná-la. Em particular, a epistemologia antissorte instiga uma

abordagem tripla para teoria do conhecimento que toma a platitude antissorte como central ao projeto. Primeiro, oferece-se uma teoria da sorte. Segundo, delineia-se um sentido específico no qual conhecimento é incompatível com sorte. Terceiro, e por fim, combina-se esses dois componentes e se formula uma *condição antissorte* do conhecimento, que captura o sentido exato no qual conhecimento é incompatível com sorte. Se a platitude antissorte revelar algo profundo e importante sobre o conhecimento, então, ao comprometer-se com o projeto epistemológico antissorte, deve-se determinar uma condição epistêmica central do conhecimento. De fato, pode-se até determinar uma condição epistêmica que é, junto à crença verdadeira, suficiente, ou quase suficiente, para conhecimento. Isso seria um resultado e tanto.

Um dos atrativos deste projeto teórico é o de que pode oferecer um caminho criterioso para lidar com o problema de Gettier – a saber, o problema de explicar como evitar o tipo específico de sorte epistêmica que mina conhecimento nos casos tipo-Gettier. Conforme as propostas epistemológicas padrão, tenta-se lidar com o problema de Gettier determinando qual condição ou quais condições são necessárias adicionar a uma teoria favorita do conhecimento suscetível aos casos Gettier para torná-la imune a eles. Essa forma de abordar o problema tem sido notoriamente malsucedida e tende a conduzir a análises do conhecimento que parecem *ad hoc* e imotivadas. De fato, a falta generalizada de sucesso dessa forma de lidar com o problema de Gettier deu origem visão amplamente difundida de que conhecimento não é suscetível a análise³.

A epistemologia antissorte promete ser uma forma melhor de abordar esse problema porque, em vez de focar-se especificamente na sorte epistêmica presente em casos Gettier, procura-se responder à questão geral da natureza da sorte

³ Notoriamente, é claro, essa é a visão defendida por: WILLIAMSON, Timothy. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press, 2000. Note que aqui estamos deixando de lado a questão sobre se uma análise adequada do conhecimento deve, portanto, ser uma análise *reductiva*. A minha visão é de que isso é desnecessário, e o que procuramos é, na verdade, uma análise que seja *informativa*. (Análises redutivas são algumas vezes não informativas, afinal, como quando elas são *ad hoc*, e análises não redutivas podem, ainda assim, ser informativas). Para mais sobre a metodologia da epistemologia, veja: PRITCHARD, Duncan. *The Methodology of Epistemology*. *Harvard Review of Philosophy*, n. XVIII, p. 91-108, 2012; e PRITCHARD, Duncan. *Sceptical Intuitions*. In: BOOTH, Anthony Robert; ROWBOTTOM, Darrell P. (ed.). *Intuitions*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 213-231.

epistêmica supressora de conhecimento, se ela é encontrada em casos tipo-Gettier ou em outros casos. A condição antissorte, que resulta de uma epistemologia antissorte conduzida com sucesso, não será apenas uma condição anti-Gettier, apesar de ela excluir casos tipo-Gettier assim como exclui outros casos de sorte epistêmica supressora de conhecimento. Além disso, em vez de tomar a noção de sorte como primitiva, a epistemologia antissorte incorpora a teoria da sorte como um meio de delinear a condição antissorte do conhecimento.

A teoria da sorte que ofereço é conhecida como a *teoria modal* da sorte. Podemos ter uma ideia do apelo de tal proposta ao considerarmos uma intuição oriunda da epistemologia que eu penso ser crucial para nosso entendimento da sorte. Considere o famoso exemplo da loteria: imagine um sujeito que possui um bilhete de loteria para uma loteria justa com chances astronômicas, em que o sorteio foi realizado. O bilhete é o perdedor, mas o sujeito ainda não ouviu o resultado e, portanto, não tem ideia disso. Podemos prosseguir com essa história de duas maneiras interessantes: no primeiro cenário, o sujeito toma ciência das chances astronômicas envolvidas e, apenas com base nisso, forma a crença verdadeira de que seu bilhete é o perdedor; no segundo cenário, o sujeito não prestou atenção alguma às chances envolvidas na loteria: em vez disso, lê o resultado em um jornal confiável e, com base nisso, forma a crença verdadeira de que seu *ticket* é o perdedor.

Aqui há um problema: parece que o sujeito não sabe que o seu bilhete é o perdedor no primeiro cenário, e, ainda assim, o sujeito sabe no segundo cenário⁴. Além disso, a explicação natural do porquê disso é a de que, no primeiro cenário, a crença verdadeira do sujeito é uma questão

de sorte, enquanto, no segundo cenário, não é uma questão de sorte. A razão pela qual isso é problemático é que, se considerarmos a base racional do sujeito para crer, então, de um ponto de vista probabilístico, as chances no segundo caso quase não apoiam a verdade da crença do sujeito tal como no primeiro caso. Como, então, o conhecimento pode estar presente no segundo caso e não no primeiro? Não é conhecimento uma função direta da força da evidência do sujeito, probabilisticamente entendida⁵?

O que o caso da loteria nos lembra é que um evento pode ser modalmente próximo mesmo quando é improvável. Isto é, o mundo possível no qual alguém ganha na loteria, ainda que probabilisticamente distante, é, na verdade, modalmente próximo. O mundo possível no qual alguém está pulando de alegria no seu quarto porque é um ganhador da loteria é muito similar ao mundo possível no qual esse alguém está rasgando seu bilhete em desgosto – tudo o que precisa mudar é que algumas bolas coloridas caiam em uma configuração levemente diferente⁶.

Em contrapartida, o mundo possível no qual um jornal confiável imprime erroneamente o resultado da loteria, ainda que probabilisticamente distante, não é modalmente próximo. Jornais têm um medo mórbido de imprimir resultados errôneos de loterias – basta pensar nos problemas que isso poderia causar – e, por isso, possuem sistemas elaborados em vigor para garantir a acurácia daquilo que eles imprimem. Segue-se que se necessita mudar muitas coisas sobre o mundo atual para obter o mundo possível no qual um jornal confiável (*The Times*, por exemplo) imprime um resultado incorreto de loteria. A moral é que proximidade modal difere de proximidade probabilística⁷. Em particular, não se pode inferir do fato de que um evento é improvável (tal como

⁴ Para evidência empírica de que nossos julgamentos ordinários sobre casos de loteria se alinham com os julgamentos filosóficos relevantes, veja: TURRI, John; FRIEDMAN, Ori. *Winners and Losers in the Folk Epistemology of Lotteries*. In: BEEBE, James R. (ed.). *Advances in Experimental Epistemology*. London: Bloomsbury, 2014. p. 45-70.

⁵ Para mais sobre o problema da loteria, como é conhecido, veja: PRITCHARD, Duncan. *Knowledge, Luck, and Lotteries*. In: PRITCHARD, D. H.; HENDRICKS, V. (ed.). *New Waves in Epistemology*. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 28-51. Para um tratamento bastante diferente desse problema, veja: HAWTHORNE, John. *Knowledge and Lotteries*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

⁶ Aqui, estou caracterizando mundos possíveis no modo padrão em termos de ordenação por similaridade. Veja, por exemplo: LEWIS, David. *Counterfactuals*. Oxford: Blackwell, 1973; e LEWIS, David. *On the Plurality of Worlds*. Oxford: Blackwell, 1986. Para outra defesa dessa visão de mundos possíveis no contexto da teoria modal da sorte, veja: PRITCHARD, Duncan. *The Modal Account of Luck*. *Metaphilosophy*, v. XLV, n. 4-5, p. 594-619, sessão 3, October 2014.

⁷ Tal como acontece, eu tenho experiência em primeira mão desse ponto sobre jornais. No final da minha adolescência, ganhei expe-

ganhar a loteria) que ele, portanto, também é modalmente distante.

Inclusive, é por isso que pessoas jogam na loteria e, ainda assim, não apostam em eventos modalmente distantes com chances similarmente altas. As chances de eu ganhar a medalha de ouro de 100 metros nas próximas Olimpíadas podem muito bem estar próximas das chances de ganhar em uma loteria comum, mas você seria louco ao apostar a mesma quantia que você gastaria em um bilhete de loteria na ocorrência daquele evento. Isso porque não só aquele evento é probabilisticamente distante, mas também é modalmente distante – muitas coisas teriam que mudar no mundo atual para eu me tornar um campeão olímpico de corrida (de fato, eu suspeito que isso requereria algum tipo de conspiração global).

A distinção entre proximidade modal e probabilística de eventos pode parecer altamente teórica, entretanto ela está arraigada em nossos julgamentos ordinários. O exemplo da loteria é um caso desse tipo, de como nós somos, sem dúvida, sensíveis ao fato de que o cenário de ganhar na loteria é modalmente próximo, mesmo que seja probabilisticamente distante (mesmo se nós não articularmos a distinção nesses termos, é claro). Inclusive, o reconhecimento desse ponto é revelado pelo nosso comportamento: nós não estamos nem um pouco inclinados a apostar em eventos modalmente distantes com chances similares aos da loteria⁸.

Por que o conhecimento está ausente no primeiro cenário, no qual a crença verdadeira do sujeito é baseada apenas nas chances, mas está presente no segundo cenário, no qual ela é baseada na leitura do resultado em um jornal confiável? Aqui está uma explicação perfeitamente natural: no primeiro cenário, a crença verdadeira

do sujeito é apenas resultado de sorte porque ele poderia muito facilmente ter formado uma crença falsa (isto é, se as bolas tivessem caído em uma configuração levemente diferente, de tal forma que ele seria o dono do bilhete vencedor) – assim como às vezes é apontado, dado como o sujeito formou a sua crença, a crença ser falsa é uma *possibilidade fácil*⁹; no segundo caso, ao contrário, a crença verdadeira do sujeito não parece nem um pouco sortuda – dado como formou a crença verdadeira, ele não poderia facilmente ter formado uma crença falsa porque jornais confiáveis tendem a publicar o resultado correto em mundos como o mundo atual.

Nossos julgamentos sobre conhecimento são, portanto, sensíveis à proximidade modal de erro em oposição à sua proximidade probabilística. Isto é, a moral do exemplo da loteria é a de que uma crença verdadeira pode não ser conhecimento apesar de as chances estarem altamente a seu favor, à medida que a possibilidade de erro é ainda assim modalmente próxima. Em tais casos, nós julgamos o sucesso cognitivo do agente como sendo arriscado demais para contar como conhecimento.

Esse ponto sobre a distinção entre proximidade modal e probabilística ser arraigada em nossos julgamentos ordinários é confirmado pela pesquisa empírica em atribuições de sorte. Por exemplo, em uma série de estudos conduzidos pelo psicólogo Karl Teigen, descobriu-se que, quando um sucesso era percebido como fisicamente próximo de uma falha (isto é, quando uma roda da fortuna parava em um setor vencedor, mas estava fisicamente próxima de parar no setor perdedor), o sucesso era percebido como mais sortudo do que quando a falha não era percebida como sendo fisicamente próximo. Além disso, ele

riência de trabalho com um jornal local e presenciei o seu esforço despendido para garantir a acurácia dos seus resultados de loteria. (E note que este é apenas um jornal local com recursos limitados, em vez de um jornal nacional internacionalmente respeitado como o *The Times*).

⁸ Perceba que o *slogan* para a loteria nacional do Reino Unido era, até pouco tempo, "Pode ser você!". Esse claramente não é o 'pode' de probabilidade – nesse sentido, não poderia (realisticamente) ser você; em vez disso, trata-se do 'pode' da proximidade modal – isto é, se você jogar na loteria, então alguém como você ganhará. Isso é apoiado por sua campanha publicitária, que, em algum momento, incluiu uma mão divina pairando sobre os apostadores e, logo após, soltando um feixe de luz em deles (o vencedor). Perceba que, ao argumentar que alguém seria louco ao apostar em um evento modalmente distante com probabilidade similar ao de ganhar na loteria, não estou sugerindo que jogar na loteria é racional. O ponto é que, não importa o que se pensa sobre a racionalidade de jogar na loteria, fazer uma aposta em um evento modalmente distante com probabilidades similares seria, de um ponto de vista racional, muito pior.

⁹ Para mais sobre a noção de possibilidade fácil, veja: SAINSBURY, R. M. Easy Possibilities. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LVII, n. 4, p. 907-919, December 1997.

também descobriu que essa proximidade contrafactual não pode ser simplesmente entendida em termos das probabilidades envolvidas. Os sujeitos estavam dispostos a tratar eventos como sendo diferentes em relação ao grau de sorte envolvido mesmo enquanto se garantia que as probabilidades de cada um dos dois eventos ocorrerem era a mesma. Os sujeitos reconheceriam, por exemplo, que a probabilidade de uma das bolas cair em um setor perdedor em uma roleta seria constante onde quer que a bola caísse no setor perdedor, enquanto também considerariam um evento em que uma bola caísse perto do setor vencedor como envolvendo azar, diferente de outros eventos em que a bola caísse mais longe (dependendo de onde a bola caísse, ou não haviam sido considerados como nada azarados ou então envolveriam um grau menor de azar)¹⁰.

Com esses tipos de considerações em mente, nós então somos levados à teoria modal da sorte. De acordo com essa teoria, o que torna um evento sortudo é que, enquanto ele ocorre no mundo atual, existem – mantendo fixadas as condições iniciais para esse evento – mundos possíveis próximos em que esse evento não ocorre. Então, por exemplo, ganhar na loteria é um evento sortudo porque existem mundos possíveis próximos em que as condições iniciais para esse evento são as mesmas, mas nos quais que não se ganha na loteria (isto é, onde as bolas coloridas caem em uma configuração levemente diferente).

O que se entende aqui por 'condições iniciais para o evento'? O ponto dessa restrição é que precisamos manter certas características do mun-

do atual fixadas na nossa avaliação de mundos próximos. Em casos particulares, geralmente é muito óbvio o que precisa se manter fixado. No caso da loteria, por exemplo, nós obviamente precisamos manter fixado que o sujeito compra o bilhete de loteria e que a loteria mantém muitas de suas características salientes (isto é, ela se mantém livre e justa, com chances longas, e assim por diante). Se, digamos, fosse *garantido* ganhar na loteria (por exemplo, ela está fraudada a seu favor), então isso claramente não é um evento sortudo, mesmo que, assim como acontece, existam mundos possíveis próximos em que não se ganha na loteria (como, por exemplo, porque se é impedido de comprar um bilhete de loteria em tais mundos)¹¹.

Existe alguma especificação geral que se possa oferecer para essas 'condições iniciais'? Bom, nós podemos dizer isto: elas precisam ser específicas o suficiente para selecionar um tipo particular de evento, cujo grau de sorte queremos avaliar, mas não tão específicas a ponto de garantir que esse evento ocorra (por exemplo, nós não queremos que a compra de um bilhete *vencedor* de loteria faça parte das condições iniciais para ganhar-se na loteria). Isso é bastante vago, é claro, mas minha suspeita é que não devemos esperar nada mais detalhado, no sentido de que nós não devemos requerer que uma teoria seja mais precisa do que o fenômeno sobre o qual estamos teorizando. Para nossos propósitos, é suficiente que possamos selecionar as condições iniciais caso a caso (o que eu creio que normalmente podemos).

¹⁰ Veja: TEIGEN, Karl Halvor. How Good is Good Luck? The Role of Counterfactual Thinking in the Perception of Lucky and Unlucky Events. *European Journal of Social Psychology*, v. XXV, n. 3, p. 281-302, 1995; TEIGEN, Karl Halvor. Luck: The Art of a Near Miss. *Scandinavian Journal of Psychology*, v. XXXVII, n. 2, p. 156-171, June 1996; TEIGEN, Karl Halvor. Luck, Envy, and Gratitude: It Could Have Been Different. *Scandinavian Journal of Psychology*, v. XXXVIII, n. 4, p. 313-323, December 1997; TEIGEN, Karl Halvor. Hazards Mean Luck: Counterfactual Thinking and Perceptions of Good and Bad Fortune in Reports of Dangerous Situations and Careless Behavior. *Scandinavian Journal of Psychology*, v. XXXIX, n. 4, p. 235-248, December 1998; TEIGEN, Karl Halvor. When the Unreal Is More Likely Than the Real: Post Hoc Probability Judgements and Counterfactual Closeness. *Thinking and Reasoning*, v. IV, n. 2, p. 147-177, 1998; TEIGEN, Karl Halvor. When a Small Difference Makes a Big Difference: Counterfactuals Thinking and Luck. In: MANDEL, David R.; HILTON, Denis J.; CATELLANI, Patrizia (ed.). *The Psychology of Counterfactual Thinking*. London: Routledge, 2005, p. 129-146. Outros estudos confirmam os achados de Teigen. Veja, especialmente: KAHNEMAN, Daniel; VAREY, Carol A. Propensities and Counterfactuals: The Loser that Almost Won. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. LIX, n. 6, p. 1101-1110, December 1990; TETLOCK, P. E. Close-Call Counterfactuals and Belief-System Defenses: I Was Not Almost Wrong But I Was Almost Right. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. LXXV, p. 639-652, 1998; TETLOCK, P. E.; LEBOW, R. N. Poking Counterfactual Holes in Covering Laws: Cognitive Styles and Historical Reasoning. *American Political Science Review*, v. XCV, n. 4, p. 829-843, December 2001. Para um levantamento do trabalho psicológico recente sobre sorte, veja: PRITCHARD, Duncan; SMITH, Matthew. The Psychology and Philosophy of Luck. *New Ideas in Psychology*, v. XXII, n. 1, p. 1-28, April 2004.

¹¹ É claro, pode ser sorte, em tal caso, que alguém consiga comprar um bilhete de loteria, mas esse é um evento diferente do evento sob consideração, em que alguém está ganhando a loteria. (Esse ponto nos lembra da importância de tornar o evento-alvo sortudo claro e mantê-lo fixo durante nossa avaliação).

Perceba que essa concepção de sorte pode acomodar a ideia de que sorte vem em graus. Considere o evento sortudo de não ser atingido por um tiro de *sniper*. Com todo o resto mantendo-se fixado, imagine que, no cenário A, o projétil erra alguém por milímetros, enquanto, no cenário B, o projétil erra alguém por um metro. Nós naturalmente julgariamos que ambos os eventos são sortudos, e a nossa teoria da sorte confirma esse julgamento, pois, em ambos os casos, há mundos possíveis próximos em que as condições iniciais para esse evento são as mesmas e alguém é atingido pelo projétil. Nós naturalmente julgariamos, também, que o cenário A é mais sortudo do que o cenário B, e a nossa teoria da sorte novamente confirma esse julgamento. Pois os mundos possíveis em que alguém é atingido pelo projétil são claramente mais próximos ao cenário A do que eles são do cenário B, uma vez que menos precisa ser mudado sobre o mundo atual a fim de obter esses mundos possíveis.

De modo mais geral, podemos dizer que o grau de sorte envolvido varia de acordo com a proximidade modal do mundo em que o evento-alvo não ocorre (mas em que as condições iniciais para o evento mantêm-se fixas). Nós teríamos, então, uma imagem *contínua* do grau de sorte de um evento, de muito sortudo para nada (ou pouco) sortudo. Assim que o grau de sorte cai abaixo de um certo nível – isto é, uma vez que não há mundo modalmente próximo em que o evento-alvo não ocorre –, nós naturalmente classificamos o evento como *não* sortudo, uma vez que ele não envolve um grau significativo de sorte. Essa concepção de sorte também nos permite comparar eventos de acordo com a sua grau de sorte, então mesmo quando consideramos dois eventos que não pensamos serem

sortudos, nós ainda podemos perguntar se um é mais sortudo do que o outro (por exemplo, não ser atingido por um *sniper* é, presumivelmente, mais sortudo se o mundo atual é tal que a posse de armas é comum do que se, mantendo-se todas as outras coisas iguais, a posse de armas é rara – mesmo quando nenhum evento envolve um grau significativo de sorte)¹².

Retornemos, agora, para a epistemologia anti-sorte. Agora, temos a teoria da sorte que estamos procurando, na forma da explicação modal da sorte. No sentido específico em que conhecimento exclui sorte, deixemos de lado os vaivéns dialéticos, dos quais há muitos, e vamos ao que interessa: nós estamos interessados no evento em que o sujeito é cognitivamente bem-sucedido (isto é, tem crença verdadeira), e queremos que esse evento seja não sortudo¹³. Com a nossa explicação modal em mente, podemos detalhar isso dizendo que um sucesso cognitivo sortudo é um sucesso cognitivo em que – mantendo-se as condições iniciais relevantes fixadas como de costume – a falha cognitiva (isto é, crença falsa) é modalmente próxima. Em tal caso, a crença está sujeita à sorte epistêmica verídica e, portanto, não constitui conhecimento. Um sucesso cognitivo não sortudo, em oposição, é aquele em que, mantendo-se as condições iniciais relevantes fixadas, a falha cognitiva não é modalmente próxima. Com um pouco mais de cuidado, podemos dizer que há um contínuo de sorte epistêmica em jogo aqui. Onde a falha cognitiva em questão é modalmente muito próxima, então o sucesso cognitivo é muito sortudo e, portanto, conhecimento é excluído. Onde a falha cognitiva é modalmente distante, então o sucesso cognitivo não é significativamente sortudo e, portanto, compatível com conhecimento. Entre os dois, existe um espectro de graus de

¹² Para discussão de como julgamentos de sujeitos sobre graus de sorte variam em proporção à proximidade contrafactual do evento-alvo, veja Kahneman e Varey, "Propensities and Counterfactuals", *op. cit.*; e Teigen, "Luck", *op. cit.* Para mais detalhes da teoria modal da sorte, incluindo respostas às principais objeções e propostas competidoras, veja Pritchard, "The Modal Account of Luck", *op. cit.* Para mais sobre a filosofia da sorte de modo geral, veja: LEVY, Neil. *Hard Luck: How Luck Undermines Free Will and Moral Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, 2011; COFFMAN, E. J. *Luck: Its Nature and Significance for Human Knowledge and Agency*. London: Palgrave Macmillan, 2015; e os artigos reunidos em: PRITCHARD, Duncan; WHITTINGTON, Lee John (ed.). *The Philosophy of Luck*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2015.

¹³ Para mais detalhes sobre o que estamos omitindo aqui – e, em particular, sobre os vários tipos de sorte epistêmica que se pode delinear, alguns deles malignos (isto é, supressor de conhecimento) e alguns deles benignos (isto é, compatível com conhecimento) –, veja: PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Luck*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

sorte epistêmica (e, portanto, esperaríamos que os nossos julgamentos sobre posse de conhecimento fossem mais seguros conforme o grau de sorte epistêmica diminui).

A epistemologia antissorte gera um número interessante de consequências teóricas. Uma das lições mais importantes da epistemologia antissorte é que devemos endossar o assim chamado *princípio de segurança*, que é uma condição modal para conhecimento (e, em particular, que nós devemos endossá-lo em detrimento das condições modais competidoras para conhecimento, tal como o *princípio de sensibilidade*)¹⁴. Além disso, a epistemologia antissorte motiva uma instância particular desse princípio. O princípio de segurança, em resumo, demanda um sucesso cognitivo que não poderia muito facilmente ter sido uma falha. Assim posto, a conexão geral com a nossa epistemologia antissorte é óbvia.

Mas, uma vez que nós optamos por uma epistemologia antissorte, nós também obtemos uma instância muito específica do princípio de segurança. Em vez da afirmação geral de que sucesso cognitivo seguro é tal que não poderia muito facilmente ter falhado, nós obtemos uma imagem contínua da sorte epistêmica envolvida, com sorte epistêmica modalmente muito próxima incompatível com conhecimento em um dos fins

do contínuo, graduando ao longo desse contínuo em direção à sorte epistêmica modalmente distante que é compatível com conhecimento. Além disso, dado que precisamos manter as condições iniciais fixas para o evento sortudo, obtemos uma explicação de segurança relativa à base, em que mantemos fixado o que deu origem à crença original. O resultado é uma concepção do princípio de segurança muito mais detalhada.

Conforme comentei em outros lugares, com o princípio de segurança assim entendido, podemos lidar com uma gama de problemas que foram levantados contra ele¹⁵. Além disso, porque essa versão detalhada do princípio de segurança é motivada por fundamentos independentes, via uma teoria da sorte, não existe nada *ad hoc* sobre essa formulação da segurança, que é à prova de objeções. Eu me distanciaria muito do assunto se detalhasse todos os problemas que foram levantados à segurança e se ressaltasse como a epistemologia antissorte lida com eles, mas deixe-me, pelo menos, descrever uma dificuldade característica sobre isso e como a epistemologia antissorte resolve-o.

Um desafio ao princípio de segurança é o de que ele não implica que crenças em verdades necessárias sejam automaticamente seguras, mesmo que sejam formadas de modo episte-

¹⁴ Para algumas defesas principais de (versões do) princípio de segurança (embora nem sempre sob essa descrição), veja: LUPER-FOY, Steven. The Epistemic Predicament: Knowledge, Nozickian Tracking, and Scepticism. *Australasian Journal of Philosophy*, v. LXII, n. 1, p. 26-50, March 1984; SAINSBURY, R. M. Easy Possibilities. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LVII, n. 4, p. 907-919, December 1997; SOSA, Ernest. How to Defeat Opposition to Moore. *Philosophical Perspectives*, v. XIII, p. 141-154, 1999; WILLIAMSON, Timothy. *Knowledge and its Limits*. Oxford: Oxford University Press, 2000; PRITCHARD, Duncan. Resurrecting the Moorean Response to the Sceptic. *International Journal of Philosophical Studies*, v. X, n. 3, p. 283-307, 2002. Para algumas defesas principais do princípio de sensibilidade, veja: DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. *Journal of Philosophy*, v. LXVII, n. 24, p. 1007-1023, 1970; CONCLUSIVE Reasons. *Australasian Journal of Philosophy*, v. XLIX, n. 1, p. 1-22, 1971; NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Oxford: Oxford University Press, 1981; ROUSH, Sherrilyn. *Tracking Truth: Knowledge, Evidence and Science*. Oxford: Oxford University Press, 2005; BECKER, Kelly. *Epistemology Modalized*. London: Routledge, 2007; BLACK, Tim; MURPHY, Peter. In Defense of Sensitivity. *Synthese*, v. CLIV, n. 1, p. 53-71, January 2007; BLACK, Tim. Defending a Sensitive Neo-Moorean Invariantism. In: HENDRICKS, V. F.; PRITCHARD, D. H. (ed.). *New Waves in Epistemology*. London: Palgrave Macmillan, 2008. p. 8-27. Para duas sínteses comparativas da literatura sobre princípios de segurança e de sensibilidade, veja: PRITCHARD, Duncan. Sensitivity, Safety, and Anti-Luck Epistemology. In: GRECO, John (ed.). *Oxford Handbook of Skepticism*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 437-455; BLACK, Tim. Modal and Anti-Luck Epistemology. In: BERNECKER, S.; PRITCHARD, D. (ed.). *Routledge Companion to Epistemology*. London: Routledge, 2011. p. 187-198.

¹⁵ Por exemplo, eu argumentei que a epistemologia antissorte oferece um modo criterioso de lidar com o dilema que foi colocado às teorias do conhecimento baseadas em segurança por: GRECO, John. Worries about Pritchard's Safety. *Synthese*, v. CLVIII, n. 3, p. 299-302, October 2007. Além disso, eu alego que a epistemologia antissorte tem poder preditivo, pois ela nos permite decidir, de maneira criteriosa, entre respostas opostas a certos casos, no sentido de que pode destacar quais detalhes do caso são importantes e, portanto, explicar por que duas formulações superficialmente idênticas de um dado exemplo podem gerar respostas muito diferentes. Para mais sobre epistemologia antissorte, veja: PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Luck*. Oxford: Oxford University Press, 2005; PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Epistemology. *Synthese*, v. CLVIII, n. 3, p. 277-297, October 2007; PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Virtue Epistemology. *Journal of Philosophy*, v. CIX, n. 3, p. 247-279, 2012; PRITCHARD, Duncan. In Defence of Modest Anti-Luck Epistemology. In: BECKER, Kelly; BLACK, Tim (ed.). *The Sensitivity Principle in Epistemology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 173-192. Veja também: PRITCHARD, Duncan. Safety-Based Epistemology: Whither Now? *Journal of Philosophical Research*, n. XXXIV, p. 33-45, 2009; PRITCHARD, Duncan. Knowledge Cannot Be Lucky. In: STEUP, Matthias; TURRI, John; SOSA, Ernest (ed.). *Contemporary Debates in Epistemology*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2013. p. 152-164; PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Epistemology and the Gettier Problem. *Philosophical Studies*, n. CLXXII, p. 93-111, 2015; PRITCHARD, Duncan. Knowledge, Luck and Virtue: Resolving the Gettier Problem. In: ALMEIDA, C.; KLEIN, P.; BORGES, R. (ed.). *The Gettier Problem*. Oxford: Oxford University Press, [20--?].

micamente inapropriado. Para ver isso, imagine que alguém forme a crença de que $2+2=4$ jogando cara ou coroa. Se se entende diretamente segurança em termos de crença segura de que p , então o problema torna-se imediatamente aparente, porque obviamente não pode ser uma possibilidade fácil que alguém forme a crença falsa de que $2+2=4$, uma vez que não existe mundo possível em que essa proposição seja falsa. E, ainda assim, formar crenças verdadeiras ao jogar cara ou coroa, mesmo em se tratando de verdades necessárias, é, sem dúvida, veritica e epistemicamente sortudo no sentido relevante.

A epistemologia antissorte pode explicar o que aconteceu de errado aqui. Estamos interessados é sobre se a base da crença em questão poderia facilmente ter levado à formação de crença falsa (isto é, estamos interessados sobre se a última é uma possibilidade fácil, dado que nós mantemos fixada a base da crença). Por conseguinte, o que é relevante em casos em que se forma crença em uma verdade necessária de modo epistemicamente horrível (por exemplo, ao jogar cara ou coroa) não são os mundos possíveis em que se forma a crença *na mesma proposição* e crê-se falsamente (o que é, obviamente, impossível), mas os mundos possíveis próximos em que se forma uma crença com a mesma base e crê-se falsamente, em que esta crença pode muito bem ser em uma proposição diferente (por exemplo, jogar cara ou coroa leva o sujeito a crer que $2+2=5$ em vez de $2+2=4$). Nós, então, encontramos uma maneira de explicar como mesmo uma crença em uma verdade necessária pode ser veritica e epistemicamente sortuda, e, em função disso, porque segurança, construída através das lentes da epistemologia antissorte, precisa ser entendida de um modo particular.

II A teoria modal do risco

Mesmo apesar dos atrativos da epistemologia antissorte como acabamos de expor, eu, no entanto, quero insistir que precisamos modificar a

perspectiva. Para ver o porquê, precisamos considerar a noção de risco, a qual, como veremos, está intimamente relacionada à sorte.

Existe claramente uma íntima relação entre as noções de risco e de sorte. Suponha, por exemplo, que alguém opte por embarcar em um avião de aspecto duvidoso e, após um voo conturbado e claramente perigoso, saia intacto. Nós naturalmente julgaríamos que esse alguém é sortudo por sobreviver a esse voo e, também, que pegar o voo foi altamente arriscado. Inclusive, parece que essas avaliações somente diferem, realmente, em termos de serem prospectivas ou retrospectivas¹⁶⁺¹⁷. Isto é, avaliações de risco parecem ser essencialmente prospectivas: se você pegar aquele voo, então você corre risco. Em contraste, avaliações de sorte parecem ser essencialmente retrospectivas: você foi sortudo ao sobreviver àquele voo. No entanto, o que dá origem à sorte e ao risco em ambos os casos é o mesmo – a saber, a proximidade modal do cenário em que esse avião cai e mata você. Portanto, sorte e risco parecem ser noções muito intimamente relacionadas, diferindo apenas sobre a direção da avaliação.

A literatura empírica apoia isso, no sentido de que há bastante suporte empírico para a ideia de que os julgamentos dos sujeitos sobre risco e sorte tendem a andar de mãos dadas. Particularmente, assim como a sorte, julgamentos dos sujeitos sobre risco rastreiam a proximidade modal do evento-alvo em vez de sua probabilidade. Então, sujeitos podem aceitar que a probabilidade de dois eventos é, em geral, a mesma e, ainda assim, caracterizar um deles como sendo mais arriscado do que o outro porque eles o consideram como modalmente mais próximo.

Um bom exemplo disso são os julgamentos de sujeitos sobre os riscos envolvidos em diversos tipos de transporte. Embora os sujeitos concedam que a probabilidade de sofrer uma séria lesão quando, digamos, dirige-se um carro é muito, muito maior do que formas alternativas de trans-

¹⁶ + [N.T.] Os termos originais para essas expressões são, respectivamente, '*forward looking*' e '*backward looking*'. Não foi preciso neologismos para explicar esses dois termos, à medida que 'prospectivo' e 'retrospectivo' já acomodam o sentido que Pritchard pretendia no texto original.

¹⁷ Sou grato a Jesús Navarro, quem primeiro chamou minha atenção para isso.

porte, como pegar um trem, eles, ainda assim, tendem a julgar que dirigir carro não é uma atividade especialmente arriscada (isto é, não mais arriscada, ou, pelo menos, não particularmente mais arriscada, do que pegar o trem). Há várias explicações para isso. É certamente verdadeiro, por exemplo, que vieses cognitivos têm um papel a desempenhar ao conduzir sujeitos a fazer essas avaliações de risco. O fato de que alguém está dirigindo o próprio carro, em vez de ser um passageiro (tal como em um trem), torna o viés de 'ilusão de controle' relevante, por exemplo¹⁸. Isso leva sujeitos a superestimarem o seu controle sobre eventos associados ao ato de dirigir carro, como a sua propensão de ocasionar acidentes. Esse viés, somado ao fato de que sujeitos tendem a superestimar a sua *expertise* (a maioria das pessoas pensam que eles são motoristas acima da média)¹⁹, leva-os a considerar a direção de carro como uma atividade especialmente não arriscada, mesmo considerando a probabilidade relativamente alta de acidentes de carros (quando comparado com acidentes em algumas outras formas de transporte)²⁰.

Podemos explicar o que está acontecendo aqui com a nossa teoria da sorte. O motorista de carro que mantém esses vieses cognitivos possui uma concepção de mundo atual tal que o mundo possível em que sofre uma lesão grave enquanto dirige não é especialmente próximo e, portanto, não é um risco sério (apesar da probabilidade

relativamente alta em jogo). Isto é, mantendo-se fixadas das condições iniciais salientes (a habilidade acima da média do sujeito, por exemplo), não é matéria de sorte que evitou um acidente sério em uma dada viagem de carro. Julgamentos sobre sorte, portanto, são compatíveis com julgamentos sobre risco. Dizer que um evento-alvo é arriscado é dizer que (mantendo-se as condições iniciais relevantes para aquele evento fixadas) ele ocorre em mundos possíveis próximos. Como a distância modal entre o mundo atual e o mundo possível em que o evento-alvo ocorre torna-se mais remoto, também o risco do evento diminui. Em algum momento, o evento-alvo é tão modalmente remoto a ponto de não ser significativamente arriscado, e, por isso, tendemos a julgar que não há risco envolvido²¹.

Dito isso, embora seja possível acomodar esses julgamentos sobre risco em termos de teoria modal da sorte, nós perdemos algum valor teórico no tópico em questão se procedermos assim. Há algumas razões para isso. Primeiro, note que ao explicar nossos julgamentos sobre risco em termos da teoria modal da sorte, nós implicitamente estamos aplicando a teoria modal da sorte de um modo bastante específico. Quando fazemos julgamentos sobre a extensão do risco envolvido em um evento (ou em uma atividade etc.), nosso foco não é apenas sobre se esse evento ocorre na vizinhança modal como acontece com a sorte, mas sobre um evento

¹⁸ De fato, sujeitos tendem a julgar viagem de carro como mais arriscada quando é claro de que se será um passageiro em vez de o motorista. Veja, por exemplo: McKENNA, F. P. It Won't Happen to Me: Unrealistic Optimism or Illusion of Control? *British Journal of Psychology*, n. LXXIV, p. 39-50, 1993. Para mais sobre a ilusão de controle, veja: LANGER, Ellen J. The Illusion of Control. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. XXXII, n. 2, p. 311-328, August 1975; Thompson, S. C. Illusions of Control: How We Overestimate Our Personal Influence. *Current Directions in Psychological Science*, v. VIII, n. 6, p. 187-190, December 1999; THOMPSON, S. C. Illusions of Control. In: POHL, Rüdiger F. (ed.). *Cognitive Illusions: A Handbook on Fallacies and Biases in Thinking, Judgement and Memory*. New York: Psychology Press, 2004. p. 115-125.

¹⁹ Este é o chamado *viés de excesso de confiança*. Notoriamente, em um estudo americano, foi descoberto que 96% dos motoristas avaliaram suas habilidades de direção como acima da média. Veja: SVENSON, O. Are We Less Risky and More Skillful Than Our Fellow Drivers? *Acta Psychologica*, v. XLVII, n. 2, p. 143-148, February 1981. De fato, curiosamente (embora talvez não surpreendentemente), aqueles com baixos níveis de habilidade são geralmente *mais* aptos a superestimar seus níveis de habilidade, um fenômeno conhecido como 'Efeito Dunning-Kruger'. Veja: KRUGER, J.; DUNNING, D. Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. LXXVII, n. 6, p. 1121-1134, December 1999.

²⁰ Note que não importa para nossos propósitos que estejamos lidando com atribuições de risco que são o produto de vieses cognitivo (não importa mais do que importava quando nós apelamos a literatura empírica similar em apoio à teoria modal da sorte). Isso porque o ponto em disputa preocupa-se com o que agentes estão *tentando* rastrear em seus julgamentos de risco, e não se eles são bem-sucedidos nesse empreendimento. Eu trato sobre esse ponto com algum detalhe em PRITCHARD, Duncan. The Modal Account of Luck. *Metaphilosophy*, v. XLV, n. 4-5, p. 594-619, sessão 2, October 2014. Para alguns estudos empíricos úteis sobre percepção de risco, veja: SLOVIC, P. Perception of Risk. *Science*, n. CCXXXVI, p. 280-285, April 1987; SJÖBERG, L. Factors in Risk Perception. *Risk Analysis*, v. XX, n. 1, p. 1-11, 2000; SJÖBERG, L.; MOEN, B.-E. RUNDMO, T. *Explaining Risk Perception: An Evaluation of the Psychometric Paradigm in Risk Perception Research*. Trondheim, Norway: Rotunde, 2004.

²¹ Nós estamos, então, na região do que é conhecimento na literatura como riscos *de minimis*. Para discussão, veja: MUMPOWER, J. An Analysis of the De Minimis Strategy for Risk Management. *Risk Analysis*, v. VI, n. 4, p. 437-446, 1986; PETERSEN, M. What Is a De Minimis Risk? *Risk Management*, v. IV, n. 2, p. 47-55, April 2002.

específico indesejado associado a esse evento, o que podemos chamar de *evento arriscado*. Então, por exemplo, ao pegar um voo em um avião e ao avaliar o risco envolvido, nosso interesse específico é sobre a proximidade modal do evento arriscado relevante – neste caso, por exemplo, esse será provavelmente o cenário em o avião cai.

Isso nos leva a uma segunda diferença saliente entre nossos julgamentos sobre sorte e sobre risco, em que o segundo especificamente diz respeito a eventos ‘negativos’, como eventos perigosos (como o risco de sofrer um acidente de carro), enquanto podemos confortavelmente pensar no primeiro em termos de eventos positivos, como ganhar na loteria. Então, embora seja uma questão de sorte que alguém ganha na loteria, isso normalmente não tem nada a ver com avaliações de risco, porque os eventos de ganhar na loteria são bem-vindos. Em contraste, imagine um sorteio de loteria em que o resultado é, de modo não usual, indesejado. Talvez, por exemplo, alguém tenha o azar de estar em um cenário do tipo *Jogos Vorazes*, no qual o “vencedor” do sorteio da loteria terá que enfrentar um destino terrível. Aqui faria sentido usar a linguagem de risco. Afinal, aqui há um mundo possível próximo em que o evento-alvo arriscado – isto é, o qual o número de alguém é sorteado – ocorre.

Há outra razão para manter nossas teorias de sorte e de risco separadas, e é aqui que essas duas propostas coincidem em extensão, nosso interesse em excluir sorte é usualmente explicado pelo nosso interesse em excluir risco, e não vice-versa. Isto é, o risco é presumivelmente a noção mais fundamental em jogo aqui. Pense novamente sobre o cenário do tipo *Jogos Vorazes*. Por que nos importariamos sobre o fato de que é uma questão de sorte que alguém poderia ser escolhido para esse destino terrível, se ser escolhido é uma possibilidade fácil? Bom, a explicação natural para oferecer é que essa

sorte é uma preocupação precisamente porque indica que existe um grande risco de que esse evento indesejado pode acontecer com alguém. Isto é, é a preocupação em evitar alto risco que explica a preocupação com sorte nesse caso, e não o contrário.

Há, portanto, vantagens ao manter a teoria modal da sorte e a teoria modal do risco separadas, apesar das similaridades superficiais e apesar do fato de que, numa grande gama, casos de atribuições de sorte e atribuições de risco tenderão a andar juntas. De acordo com a *teoria modal do risco*, o nível de risco envolvido é determinado por quão modalmente próximo é o evento-alvo arriscado. Em particular, onde o evento arriscado é modalmente próximo, então ele é de alto risco (mesmo que seja um evento improvável), mas onde não é modalmente próximo, então é de baixo risco. Tal como a teoria modal da sorte, ao fazermos essas avaliações, precisamos manter as condições iniciais relevantes fixadas em todos os casos. Então, ao avaliarmos o risco envolvido em pegar um avião (isto é, o risco do avião cair), estamos interessados naqueles mundos possíveis em que alguém continua a pegar um avião, uma vez que claramente não seria relevante para esta particular avaliação de risco que naqueles mundos possíveis próximos em que não se pega o avião não houvesse envolvimento em um acidente de avião. Além disso, tal como a teoria modal da sorte, temos aqui uma imagem contínua de risco em jogo, com uma intolerância a altos níveis de risco (isto é, onde o evento arriscado é modalmente próximo), uma tolerância a baixos níveis de risco (isto é, onde o evento arriscado é modalmente distante), e um contínuo de aumento de tolerância no meio²².

III Epistemologia antirrisco

Com essa distinção entre a teoria modal da sorte e a teoria modal do risco em jogo, agora

²² Para uma defesa mais detalhada da teoria modal do risco, veja PRITCHARD, Duncan. Risk. *Metaphilosophy*, v. XLVI, n. 3, p. 436-461, July 2015. Para uma explanação de como a teoria modal do risco pode ser aplicada à dois debates proeminentes na filosofia legal, veja: PRITCHARD, Duncan. Legal Risk and the Arithmetic of Criminal Justice. *Jurisprudence*. [S. l.: s. n.: 20--?]. Para duas sínteses úteis da filosofia do risco, veja: HANSSON, Sven Ove. Philosophical Perspectives on Risk. *Techné: Research in Philosophy and Technology*, v. VIII, n. 1, p. 10-35, 2004; HANSSON, e Sven Ove. Risk. In: ZALTA, E. N. (ed.). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2014. Available at: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2014/entries/risk/>. Note, contudo, que o foco de Hansson nesses artigos (em comum com a maioria os tratamentos contemporâneos de risco) é sobre uma concepção probabilística de risco, em contraste com a teoria modal defendida aqui.

nós podemos avaliar os prospectos para uma epistemologia antirrisco, e, em particular, os prospectos para essa visão em contraste com uma epistemologia antissorte. A primeira coisa a notar é que as diferenças entre as duas visões não serão radicais porque, como notamos, existe uma sobreposição considerável em nossos julgamentos sobre sorte e risco, e, portanto, há também um grau considerável de fundamentos em comum quando se trata de teorias modais de sorte e de risco. De acordo com isso, nós esperaríamos que sorte epistêmica e risco epistêmico também andassem de mãos dadas. De modo geral, uma crença que é sujeita à sorte epistêmica verídica terá sido formada de uma maneira epistemicamente arriscada, e *vice-versa*.

Ainda assim, há diferenças importantes entre uma epistemologia antissorte e uma epistemologia antirrisco. Para entender a epistemologia antirrisco, e como ela difere da epistemologia antissorte, será útil começar notando uma lacuna teórica na epistemologia antissorte que geralmente é deixada de lado. Relembre que a sorte de um evento depende do quão modalmente próximo está a não ocorrência daquele evento. Quando a teoria modal da sorte é aplicada à sorte epistêmica verídica, isso é traduzido em termos de uma crença verdadeira (= sucesso cognitivo) sobre a qual é uma possibilidade fácil que se forme uma crença falsa (= falha cognitiva). Se nós seguissemos a teoria modal de modo estrito, entretanto, sorte epistêmica verídica deveria ser uma crença verdadeira sobre a qual é uma possibilidade fácil que não se forme uma crença verdadeira. Isso é uma alegação mais fraca, à medida que não formar uma crença verdadeira não implica formar uma crença falsa. Em resumo, a noção de 'falha cognitiva' aqui é ambígua, à medida que pode significar ou a ausência de sucesso cognitivo (da qual crença falsa é uma variante), ou pode significar especificamente crença falsa. A questão é, então, por que a epistemologia antissorte opta por uma interpretação mais restritiva da condição antissorte (isto é, onde sucesso cognitivo

é traduzido como crença falsa, em oposição à disjunção de crença falsa e não crença), dado que essa interpretação restritiva não é, de fato, motivada pela teoria modal da sorte.

A razão torna-se aparente uma vez que se segue as implicações desse movimento, à medida que eliminaria casos genuínos de conhecimento. Imagine que um agente esteja no lugar certo e na hora certa para ouvir, por acaso, um pedaço crucial de uma conversa e, portanto, forme crença verdadeira com essa base. Dado que a oportunidade apresentada ao agente foi aproveitada de modo adequado, essa crença verdadeira deve ser conhecimento. Mesmo assim, pode bem ser que, em todos os mundos possíveis próximos, esse agente não estaria tão situado para formar essa crença verdadeira, à medida que ele não formaria *qualquer* crença com essa base porque ele nunca estaria situado suficientemente bem para ouvir o suficiente da conversa para decifrar o que estava sendo dito. De acordo com isso, se se opta pela interpretação inclusiva e fraca da condição antissorte (isto é, onde falha cognitiva significa ou não crença ou crença falsa), então se seria obrigado a tratar o agente como desprovido de conhecimento.

A interpretação inclusiva da condição antissorte parece gerar o resultado completamente errado. Embora seja indubitavelmente sortudo que o agente acabou com uma crença verdadeira, esse não é o tipo de sorte epistêmica que é incompatível com conhecimento. Em vez disso, é sorte epistêmica do tipo puramente evidencial, à medida que o agente foi sortudo ao ter tal evidência. Dado que ele tem essa evidência, entretanto, ele está em posição de aproveitá-la para ganhar conhecimento. Se insistirmos que sorte epistêmica desse tipo é incompatível com conhecimento, seremos obrigados a excluir vários casos desse tipo como sendo instâncias genuínas de conhecimento, contrário à intuição. (De fato, seremos obrigados a afirmar que não existe algo como descoberta sortuda)²³.

É muito importante que a epistemologia an-

²³ Para mais sobre a noção de sorte epistêmica evidencial, particularmente *como* uma forma benigna de sorte epistêmica que (diferente da sorte epistêmica verídica) é compatível com conhecimento, veja: PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Luck*. Oxford: Oxford University

tissorte opte por uma interpretação restritiva da condição antissorte, em vez de por uma interpretação inclusiva que é gerada ao apelar-se à teoria modal da sorte. Essa lacuna teórica na epistemologia antissorte não é imediatamente aparente porque gera uma versão de segurança relativa à base (ou seja, uma versão em que mantemos a base original da crença fixada entre os mundos possíveis). Como notado, existe uma lógica para essa restrição, à medida que a teoria modal da sorte demanda que mantenhamos as condições iniciais relevantes fixadas para o evento-alvo, e manter a base para a crença fixada é simplesmente o análogo cognitivo para essa restrição. Isso disfarça o problema em jogo, uma vez que, em casos normais de sorte epistêmica evidencial, como o recém-apresentado, a base para a crença do sujeito também está mudando, e, portanto, esses casos não se tornam contra-exemplos diretos à epistemologia antissorte. Por conseguinte, uma vez que se leva em consideração a relatividade da base, pode não parecer importante se se opta pela interpretação restritiva ou inclusiva da condição antissorte (nesse escopo, especificamente), uma vez que não se pode gerar um contraexemplo direto a essa visão.

Apesar disso, uma vez que temos uma ideia da estrutura do problema em jogo, deve ficar claro como se pode adaptar os casos para ressuscitar um contraexemplo à epistemologia antissorte sobre a leitura inclusiva da condição antissorte (e, portanto, impor uma distinção entre essas duas formulações). Imagine, por exemplo, um sujeito que tem base memorial auditiva para sua crença de que a Batalha de Hastings foi em 1066. Suponha, no entanto, que, embora nosso sujeito esteja confiante dessa crença no mundo atual, existam mundos possíveis próximos sobre os quais ele estaria disposto a duvidar de si. Digamos que é apenas um fato psicológico sobre esse sujeito que a sua confiança naquilo em que crê é bastante variável, mesmo que não haja base epistêmica essa variação (não é como se, por exemplo, ele tivesse razões para duvidar de sua memória). Agora, será verdadeiro de tal

sujeito que, nos mundos possíveis próximos, ele terá a mesma base para crença como no mundo atual e, ainda assim, não crerá, com essa base, na proposição-alvo. De acordo com isso, à luz da leitura inclusiva da epistemologia antissorte (mas não da leitura restritiva), esse agente deve ser considerado como tendo uma crença verdadeira que é sujeita à sorte epistêmica verítica e, portanto, não está no mercado do conhecimento. Porém, esse parece ser justamente o resultado errado. No fim das contas, não é como se o sujeito estivesse errado nos mundos possíveis próximos. Em particular, no sentido relevante de falha cognitiva que nos interessa – isto é, crença falsa, formada a partir da mesma base como no mundo atual –, o sujeito não tem exibido falha cognitiva alguma e, portanto, deve haver uma crença que está no mercado do conhecimento (pelo menos no que diz respeito à platitude antissorte, especificamente).

É aqui que a mudança da epistemologia antissorte para a epistemologia antirrisco torna-se importante. Relembre que a explicação modal do risco não está preocupada apenas com a não ocorrência do evento-alvo na vizinhança modal, mas, mais especificamente, está preocupada sobre se o evento arriscado relevante ocorre na vizinhança modal. Em relação à eliminação de risco epistêmico, isso será traduzido como a alegação de que se procura crença verdadeira com uma base específica (= sucesso cognitivo) em que o evento arriscado de formar uma crença falsa com essa base (= falha cognitiva) não é modalmente próximo. Em suma, estamos exigindo que conhecimento exclua *risco epistêmico verítico*, que é o análogo da sorte epistêmica verítica em uma epistemologia antissorte. Ao apelarmos diretamente à epistemologia antirrisco, podemos então fechar essa lacuna despercebida e momentânea na epistemologia antirrisco ao apelarmos diretamente para o evento arriscado de crença falsa.

Assim como na epistemologia antissorte, o pensamento guia será o de que nós somos intolerantes a risco epistêmico que é muito alto

(isto é, onde o evento arriscado de crença falsa é modalmente muito próximo) e, portanto, não atribuiremos conhecimento, mas seremos tolerantes ao risco epistêmico que é muito baixo (isto é, onde o evento arriscado de crença falsa é modalmente muito distante). Entre esses dois extremos, existirá um contínuo de aumento de tolerância de risco epistêmico conforme o evento arriscado se afasta modalmente.

Uma segunda vantagem da epistemologia antirrisco sobre a epistemologia antissorte relaciona-se ao fato de que, como notado, risco parece uma noção mais básica do que sorte, no sentido de que nós naturalmente explicamos uma preocupação de eliminar a sorte em termos de uma preocupação de eliminar o risco, e não *vice-versa*. Isto é particularmente relevante para a epistemologia antissorte por causa de como a platitude antissorte tem sido questionada em algumas áreas da literatura recente. Inclusive, alguns até mesmo chegaram ao ponto de argumentar que não há tensão essencial entre conhecimento e sorte epistêmica verítica²⁴. Se se expressa a incompatibilidade em questão puramente em termos de sorte, então se poderia ver alguma vantagem nessa alegação de acordo com o fato de que, no mínimo, parece uma questão em aberto se conhecimento pode ser compatível com sorte (epistêmica verítica). Mas se agora nós entendermos a preocupação de eliminar sorte (epistêmica verítica) em termos um desejo de eliminar altos níveis de risco epistêmico, então a questão não parece tão aberta. Ao fim e ao cabo, eventos arriscados são, por sua natureza, eventos indesejados, então não é de se surpreender que desejamos eliminar altos níveis de risco epistêmico. À medida que o evento arriscado de crença falsa é o que é associado com conhecimento, então se segue que não deveríamos nos surpreender que nós tenhamos uma

forte intuição de que conhecimento não deva ser compatível com altos níveis de risco epistêmico. Em resumo, a alegação de que conhecimento é incompatível com risco epistêmico verítico deve parecer-nos muito mais convincente do que a alegação de que conhecimento é incompatível com sorte epistêmica verítica. Uma vez que nós vejamos que negar este também significa negar aquele, então isso deve remover a tentação de manter que conhecimento pode coexistir com sorte epistêmica verítica.

Pode-se pensar que a importância desse ponto para o debate contemporâneo em epistemologia é razoavelmente estreita, dado que pouquíssimos epistemólogos argumentam que conhecimento e sorte epistêmica verítica são integralmente compatíveis. Curiosamente, no entanto, enquanto poucos epistemólogos estão dispostos a conceder que conhecimento é compatível com sorte epistêmica verítica em geral, há um grupo crescente de epistemólogos que argumentam que conhecimento é compatível com certos tipos de sorte epistêmica verítica. Se isso estiver correto, entretanto, até mesmo essa alegação mais modesta implica aceitar a compatibilidade de conhecimento com altos níveis de risco epistêmico e, portanto, deve ser problemática de modo similar.

A questão que nos preocupa aqui se relaciona a uma distinção que, em outro lugar, eu delineei entre dois tipos de sorte epistêmica verítica: *sorte epistêmica interferente* e *sorte epistêmica ambiental*²⁵. O primeiro é mais comum e é o tipo de sorte epistêmica verítica que tipicamente se encontra em casos tipo-Gettier padrão. Por exemplo, imagine um fazendeiro em um campo, em boas condições cognitivas, olhando para o que aparenta ser uma ovelha, que forma com essa base a crença de que há uma ovelha no campo. Suponha, no entanto, que o que o fazendeiro

²⁴ Para um exemplo claro desse tipo de tese, veja: HETHERINGTON, Stephen. Knowledge Can Be Lucky. In: STEUP, Matthias; TURRI, John; SOSA, Ernest (ed.). *Contemporary Debates in Epistemology*. 2. ed. Oxford: Blackwell, 2013. p. 164-176.

²⁵ Eu delineei primeiro essa distinção entre sorte epistêmica ambiental e interferente em: PRITCHARD, Duncan. *Knowledge*. London: Palgrave Macmillan, 2009. Cap. 3-4. Para mais discussão sobre essa distinção, veja: PRITCHARD, Duncan. Knowledge, Understanding and Epistemic Value. In: O'HEAR, A. (ed.). *Epistemology (Royal Institute of Philosophy Lectures)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 19-43; PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Virtue Epistemology. *Journal of Philosophy*, v. CIX, n. 3, p. 247-279, 2012; PRITCHARD, Duncan; MILLAR, Alan; HADDOCK, Adrian. *The Nature and Value of Knowledge: Three Investigations*. Oxford: Oxford University Press, 2010. Cap. 2-4. Veja também: KALLESTRUP, Jesper; PRITCHARD, Duncan. Virtue Epistemology and Epistemic Twin Earth. *European Journal of Philosophy*, v. XXII, n. 3, p. 335-357, September 2014.

está de fato olhando não é uma ovelha, mas um cachorro grande e peludo. No entanto, mesmo assim, sua crença é verdadeira, uma vez que atrás do cachorro grande e peludo, fora da visão, está uma ovelha²⁶. Temos, então, uma crença verdadeira que é habilmente formada (e que, portanto, é justificada) mas não é conhecimento, por causa da sorte epistêmica veritica envolvida. Em particular, dado como a crença foi formada, ela poderia muito facilmente ter sido uma crença falsa (isto é, se a ovelha fora da visão tivesse se movido para fora do campo, e tudo tivesse permanecido igual).

No caso recém-descrito, algo vigente *interfere* entre a crença do sujeito e o fato-alvo. Não é uma ovelha genuína o que o sujeito está olhando, mas algo completamente diferente, mesmo que sua crença seja verdadeira. Isso é, portanto, um exemplo de sorte epistêmica veritica que especificamente envolve sorte epistêmica interferente. De modo significativo, no entanto, nem todos os casos de sorte epistêmica veritica envolvem sorte epistêmica interferente.

Considere, em vez disso, o famoso caso das fachadas de celeiro²⁷. Aqui, temos um sujeito que encontra um celeiro genuíno em condições que são aptas para ver um celeiro. Crucial ao exemplo, no entanto, é que o sujeito está no condado de fachadas de celeiros, onde tudo que se parece com um celeiro não é, de fato, um celeiro genuíno, mas um falso. Nesse caso, nada interfere entre a crença do agente e o fato-alvo. Mesmo assim, a crença em questão é sujeita à sorte epistêmica veritica, à medida que é uma crença verdadeira que poderia muito facilmente ter sido uma crença falsa, dado como foi formada (isto é, em vez disso, tivesse acontecido de o sujeito olhar para um dos celeiros falsos próximos). A fonte da

sorte epistêmica veritica está, então, inteiramente no ambiente, em oposição à interferência entre crença e fato, e, portanto, este é um caso de sorte epistêmica veritica, que envolve, especificamente, sorte epistêmica ambiental.

Essa distinção entre dois tipos de sorte epistêmica veritica é significativa para nossos propósitos porque, apesar de pouquíssimos epistemólogos estarem dispostos a conceder que conhecimento é compatível com sorte epistêmica veritica em geral, existe um número crescente de epistemólogos que são, pelo menos, otimistas sobre a ideia de que conhecimento pode ser compatível com sorte epistêmica ambiental²⁸. Pode-se ver a tentação de tomar essa rota. Afinal de contas, há, plausivelmente, um grau maior de suporte epistêmico em favor da crença-alvo em casos de sorte epistêmica ambiental quando comparada com sorte epistêmica interferente. Por exemplo, casos de sorte epistêmica ambiental envolvem, supostamente, um sucesso cognitivo que é creditável à agência cognitiva do agente, algo que não se aplica em casos de sorte epistêmica interferente. Isto é, eu não penso que alguém esteja tentado a dizer que o sucesso cognitivo do fazendeiro, no exemplo oferecido anteriormente, é creditável à sua agência cognitiva. É, em vez disso, atribuível à coincidência de que há uma olhada no campo atrás do objeto em formato de ovelha que ele está olhando. Em contraste, há, pelo menos, uma defesa a ser feita de que o sujeito no caso da fachada de celeiro possui crença verdadeira que é creditável à sua agência cognitiva (isto é, ao seu exercício de habilidades relevantes de identificar celeiros)²⁹. Se isso estiver correto, existe uma posição epistêmica positiva disponível às crenças que estão sujeitas à sorte epistêmica veritica, e que não está disponível às

²⁶ Esse caso foi originalmente atribuído a CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1977. p. 105.

²⁷ Veja GOLDMAN, Alvin. Discrimination and Perceptual Knowledge. *Journal of Philosophy*, v. LXXIII, n. 20, p. 771-791, November 1976. Ele que credita o exemplo a Carl Ginet.

²⁸ Para um endosso especialmente reconhecido desse tipo de estratégia, veja: SOSA, Ernest. *A Virtue Epistemology: Apt Belief and Reflective Knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2007. Cap. 5. Note, no entanto, que o foco de Sosa aqui não é sobre o caso da fachada de celeiro, mas sim sobre o caso estruturalmente similar do 'piadista'. Eu discuto criticamente as razões de Sosa para atribuir conhecimento a esse caso em: PRITCHARD, Duncan. Apt Performance and Epistemic Value. *Philosophical Studies*, n. CXLIII, p. 407-416, 2009.

²⁹ Isso é especialmente verdade se o caso da fachada de celeiro for modalizado – isto é, à medida que não haja, de fato, engano ocorrendo no mundo atual, mas apenas em mundos possíveis próximos. Para mais discussão sobre esse ponto, veja PRITCHARD, Duncan. Anti-Luck Epistemology and the Gettier Problem. *Philosophical Studies*, n. CLXXII, p. 93-111, 2015. Veja, também, o caso epistêmico da terra gêmea como descrito por KALLESTRUP, Jesper; PRITCHARD, Duncan. Virtue Epistemology and Epistemic Twin Earth. *European Journal of Philosophy*, v. XXII, n. 3, p. 335-357, September 2014.

crenças correspondentes que estão sujeitas à sorte epistêmica interferente. Nem todas as formas de sorte epistêmica verítica estão, portanto, em um mesmo padrão epistêmico.

No entanto, mesmo que concedemos esse ponto, penso que devemos resistir ao impulso de atribuir conhecimento em casos de sorte epistêmica ambiental. Note, primeiro, que a posição epistêmica positiva que pode estar disponível em casos de sorte epistêmica ambiental é de fato incidental. Pode-se, afinal de contas, imaginar duas crenças sujeitas à sorte epistêmica interferente, em que uma das crenças é mais justificada do que a outra – essa diferença epistêmica não nos inclinaria a considerar a crença mais justificada como uma potencial instância de conhecimento. A questão central é, portanto, sobre se o obstáculo relevante ao conhecimento que está em jogo quando nos envolvemos com o problema da sorte epistêmica verítica foi superado.

Eu penso que elencar essa questão especificamente na linguagem de risco epistêmico verítico nos ajuda a ver que ela não foi. Afinal de contas, mesmo com essa pretensa diferença na posição epistêmica, permanece-se o caso de que crenças que são sujeitas à sorte epistêmica ambiental não são menos sujeitas ao risco epistêmico verítico do que suas contrapartes que são sujeitas à sorte epistêmica interferente. Em particular, em ambos os casos, o evento arriscado de crença falsa formada com a mesma base é muito próximo modalmente. Isso expõe a natureza radical do que está sendo proposto por aqueles que permitem conhecimento ser compatível com sorte epistêmica ambiental. Expressa dessa forma, a posição pode parecer menos radical do que é. É apenas quando nós reformulamos esse ponto em termos de risco epistêmico verítico – isto é, como a alegação de que conhecimento pode ser compatível com altos níveis de risco epistêmico – que nós reconhecemos o quão radical é essa alegação. O apelo a um tipo particular de sorte epistêmica verítica é, portanto, enganoso. Embora alegar que apenas alguns tipos de sorte epistêmica verítica são compatíveis com conhecimento pode parecer uma tese muito mais modesta do

que a alegação de que todos eles o são, o fato é que a pretensa compatibilidade do conhecimento com sorte epistêmica ambiental implica que conhecimento é compatível com altos níveis de risco epistêmico. Construído dessa forma, não há nada modesto sobre essa proposta.

Tendo em vista o exposto, pode-se perguntar por que epistemólogos focaram em uma platitude antissorte com relação ao conhecimento em vez de ir diretamente para uma platitude antirrisco. A resposta curta a essa questão é que não tenho certeza, mas tenho um palpite. Eu penso que isso se relaciona ao ponto notado anteriormente sobre as direções diferentes de avaliação envolvidas quando avaliamos algo em termos de risco e de sorte. O grande debate sobre sorte epistêmica na epistemologia surgiu em resposta ao problema de Gettier, o qual notoriamente diz respeito a uma crença justificada, mas verdadeira de modo sortudo. Porém, uma vez que a crença também é formada de um modo epistemicamente arriscado, por que focar em sorte em vez de risco? Uma explicação possível é que a formulação do problema de Gettier convida-nos a tomar uma perspectiva retroativa no caso, considerado o fato de que é estipulado previamente que a crença em questão é verdadeira. Assim como se pode sair com vida do avião de aspecto duvidoso que quase matou você, tende-se naturalmente a focar na boa sorte envolvida na sobrevivência da jornada em vez do risco envolvido durante o voo, o mesmo parece verdadeiro aqui. Dado que as coisas terminaram bem, nosso foco natural é na sorte envolvida em vez do risco de erro. Porém, isso não deveria nos cegar do fato de que ambos são presentes e que nossa preocupação real com a sorte é devida ao modo no qual indicamos a presença do risco.

De qualquer modo, a conclusão do que discutimos até aqui é que as diferenças entre epistemologia antissorte e epistemologia antirrisco, embora pequenas, são teoricamente significativas. Aqueles inclinados ao primeiro projeto devem, portanto, realinhar-se com a nova interpretação desse projeto oferecida pela teoria modal do risco. E, para aqueles que se opõem à epistemo-

logia antissorte, seria sensato refletir como suas objeções a essa visão se saem, uma vez que ela é reconfigurada conforme o espírito antirrisco.

Eduardo Alves

Doutorando em Filosofia na PUCRS, Porto Alegre (RS), Brasil. Bolsista do CNPq.

João Fett

Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre (RS), Brasil. Estagiário de Pós-Doutorado em Filosofia/professor colaborador na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em Santa Maria (RS), Brasil.

Vinícius Felipe Posselt

Doutorando em Filosofia na PUCRS, Brasil, financiado pelo CNPq. Pesquisador visitante na Universitat de Barcelona (UB), Espanha, financiado pela CAPES – código de financiamento 001.

Endereço para correspondência

EDUARDO ALVES

Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 8, CEP: 90619-900
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

JOÃO FETT

Av. Roraima 1000, Cidade Universitária, Camobi, 97105-900
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

VINÍCIUS FELIPE POSSELT

C. Montalegre, 6-8, desp. 4090
Barcelona, España 08001

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.